

MJ-Licitação

De: MJ-Licitação
Enviado em: quarta-feira, 26 de fevereiro de 2020 13:02
Para: 'contato@fidelisleiloes.com.br'; 'fidelis@fidelisleiloes.com.br'
Assunto: ENC: RECURSO ADMINISTRATIVO- CONTRA A HABILITAÇÃO DO SR. EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS
Anexos: RECURSO ADMINISTRATIVO EDEYLSO PEIXOTO.pdf; Documento Anexo 01 - Concessão de Acesso Externo.pdf; Documento Anexo 02 - Processo Administrativo de n. 08008.000086_2020_64.pdf; Documento Anexo 03 - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais - Cleber Melo.pdf

Prezado,

Seguem as razões de recurso apresentadas pelo Sr. Cleber da Silva Melo para conhecimento e manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2020.

Att.,

COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO
MJSP

De: Cleber Melo <clebermelo4@hotmail.com>
Enviada em: sexta-feira, 21 de fevereiro de 2020 17:34
Para: MJ-Licitação <licitacao@mj.gov.br>
Assunto: RECURSO ADMINISTRATIVO- CONTRA A HABILITAÇÃO DO SR. EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE N.º 01/2020

PROCESSO Nº. 08129.010733/2019-36

REQUERENTE: CLEBER DA SILVA MELO

CLEBER DA SILVA MELO, leiloeiro oficial, na forma do Decreto nº 21.981, de 1932 e IN nº 110/2009 do DNRC, com registro na Junta Comercial da Paraíba sob o nº 07/2013, identidade civil nº 948.911, CPF/MF nº 395.387.454-34, com endereço profissional na Rua Largo André Vidal de Negreiros, S/N, Portal do Paraíso, Santa Rita/PB. CEP: 58.300-630 já qualificado nos autos do processo em epígrafe, respeitosamente, com fulcro no artigo 5º, XXXIV da Constituição da República, e nos itens 8.1., 8.2, 8.3, e 8.3.1 do Edital acima mencionado, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão de **HABILITAÇÃO** do leiloeiro licitante **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS**, contida no resultado da Habilitação do Credenciamento nº 01/2020, **PROCESSO Nº. 08129.010733/2019-36**, com vistas a credenciar leiloeiros públicos oficiais, pessoa física, publicada no D.O.U, ISSN 1677-7069, em 12/02/2020, o que faz com base nas relevantes razões de fato e direito a seguir expostas:

I – DA TEMPESTIVIDADE

A **HABILITAÇÃO** do leiloeiro licitante **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS**, contida no resultado da Habilitação do Credenciamento nº 01/2020, **PROCESSO Nº. 08129.010733/2019-36**, com vistas a credenciar leiloeiros públicos oficiais, pessoa física, foi publicada no D.O.U ISSN 1677-7069, em 12/02/2020.

Ocorre que somente em 17/02/2020, a DILIC/MJ - Divisão de Licitações, disponibilizou ao recorrente o acesso externo ao Processo Administrativo nº 08129.010733/2019-36, com visualização através do link: https://sei.mj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, e posteriormente em 21/02/2020 o acesso externo aos processos administrativos de n.º 08008.000084/2020-75 e 08008.000086/2020-64, que contém a documentação de habitação jurídica do leiloeiro **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS**, conforme atestam os comprovantes concessão de acesso externo acostados aos autos, documentos SEI de n.º 11030959 e 11073355, respectivamente (documento anexo 01).

Conforme previsto no item “8.3.1” do edital, nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem os autos do processo estejam com vista ao franqueada ao interessado. Confira-se:

8.3.1 – Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

Portanto, o prazo de 5(cinco) dias úteis para recurso relativo ao julgamento da documentação de habilitação, previsto no item 8.1 do edital somente deverá ser iniciado a partir de 17/02/2020, data em que o recorrente teve acesso aos autos do Processo Administrativo nº 08129.010733/2019-36, conforme discorrido linhas acima.

Assim, resta clara a tempestividade do presente recurso, na forma dos itens 8.1 e 8.3.1 do Edital de Credenciamento nº 01/2020, Processo Administrativo de nº 08129.010733/2019-36.

Ultrapassada a questão preliminar, passaremos a expor as razões do presente recurso administrativo.

II – ESCORÇO FÁTICO E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO - DO DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS PELO LICITANTE EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS – VIOLAÇÃO AOS PRÍNCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO

Conforme consta no resultado da Habilitação do Credenciamento nº 01/2020, **PROCESSO Nº. 08129.010733/2019-36**, com vistas a credenciar leiloeiros públicos oficiais, pessoa física, publicada no D.O.U, em 12/02/2020, a Comissão Especial de Credenciamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública, entendeu por habilitar o licitante leiloeiro **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS**.

Ocorre que, analisando os documentos referentes a habilitação jurídica do referido leiloeiro, dispostos no processo administrativo de n.º 08008.000061/2020-61, constata-se que o licitante **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS**, desatendeu aos itens 5.9.3, 5.10.8 e 5.11.2 do edital de credenciamento de nº 01/2020, Processo Administrativo de nº 08129.010733/2019-36. Explico:

Conforme consta na página “20” do arquivo PDF gerado no sistema SEI referente ao processo administrativo de n.º **08008.000086/2020-64** (documento anexo 02), **constata-se que o licitante EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS, somente apresentou um comprovante de solicitação “Certidão Criminal” ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**, sob o argumento de que até a data do envio da documentação para comprovar a sua habilitação jurídica, o referido órgão do poder judiciário paraibano ainda não tinha emitido a certidão solicitada. Por fim, se comprometeu a juntar a referida certidão aos autos do processo de credenciamento assim que o Tribunal de Justiça da Paraíba procedesse a expedição da certidão, contudo, até o presente momento não juntou a referida Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.

Sobre este ponto, preliminarmente, faz-se mister salientar que a certidão requerida pelo licitante **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS** ao Tribunal de Justiça da Paraíba, somente atesta a inexistência de registro de feitos criminais **ATIVOS** nos cartórios comuns e/ou especializados nas comarcas do estado da Paraíba, não servindo, portanto, como **CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**, que atesta a inexistência de decisão judicial condenatória com trânsito em julgado.

Isto porque a **CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**, que atesta a inexistência de decisão judicial condenatória com trânsito em julgado somente é fornecida no Estado da Paraíba pelo Núcleo de Identificação Civil e Criminal, vinculado à Secretaria de Estado da

Segurança e Defesa Social do Estado da Paraíba, através de pesquisa no banco de dados do Sistema de Identificação Criminal – SICRIM, a exemplo da certidão apresentada pelo recorrente **CLEBER DA SILVA MELO**, constata-se na folha “17” do documento SEI 10733349, do Processo Administrativo nº 08129.010733/2019-36 (documento anexo 03).

-

Prosseguindo com a argumentação acerca deste ponto das razões recursais, ainda que a certidão negativa criminal emitida pelo Tribunal de Justiça da Paraíba fosse documento apto a comprovar a inexistência de antecedentes criminais, constata-se que até o momento o Sr. **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS não a apresentou aos autos do processo de credenciamento, não servindo como substituto o documento de comprovante de protocolo e solicitação apresentado, o que resulta no desatendimento ao item 5.9.3 do edital, o qual é assim redigido:**

5.9. Habilitação Jurídica

(...)

5.9.3 Certidões negativas de antecedentes criminais federal e do estado que comprovem que o Leiloeiro Oficial não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício de atividade mercantil.

Ademais, o licitante **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS** também desatendeu ao item 5.10.8 do edital, posto que também não apresentou **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVADA UNIÃO VÁLIDA**.

Observa-se que o documento apresentado pelo Sr. **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS** à folha “28” do arquivo PDF gerado no sistema SEI referente ao processo administrativo de n.º **08008.000086/2020-64**, consta a apresentação de Certidão com validade vencida desde 13 de janeiro de 2020, sob o argumento de que o site da Receita Federal “apresentou erro”, e comprometeu-se a juntar posteriormente a referida certidão após “a regularização do site da Receita Federal”.

Mais uma vez resta constatado que o Sr. EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS desatendeu aos requisitos de habilitação jurídica do edital, posto que: não apresentou no tempo devido a certidão válida e apta a indicar a sua regularidade com a fazenda federal; não apresentou qualquer prova ou evidência de que o site da Receita Federal apresentou alguma indisponibilidade momentânea que impedisse a emissão da referida certidão negativa; e, até o presente momento, não juntou aos autos a certidão, mesmo com atraso, como alegou que iria fazer após a suposta regularização do site da Receita Federal.

Por fim, verifica-se ainda que o Sr. EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS também desatendeu ao item 5.11.2 do edital, posto que somente obteve o seu registro profissional junto à Junta Comercial do Estado da Paraíba, com número de matrícula tombada sob o n. 22, **apenas em data de 10 de outubro de 2019, como faz prova o Diário Oficial do Estado de 16 de outubro de 2019 (Portaria JUCEP n 022/2019) (documento anexo)**, documento cuja reprodução digital consta à folha “13” do arquivo PDF gerado no sistema SEI referente ao processo administrativo de n.º 08008.000086/2020-64.

Tal circunstância atesta a desobediência às regras insertas no instrumento convocatório que exigem atividade de leiloeiro por, no mínimo, 3(três) anos.

Sendo assim, dúvidas não pairam de que o documento apresentado pelo Sr. EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS não é válido para atestar que o referido licitante possui efetivo exercício de atividade como leiloeiro por, no mínimo, 3 (três) anos no estado da Paraíba, como determina o item 5.11.2 do edital.

Mister destacar a necessidade primordial do respeito ao princípio basilar do direito administrativo nos processos licitatórios, no que tange à vinculação ao edital. A Administração tem o dever de respeitar aquilo que foi estabelecido pelo diploma edilício, não podendo, de forma alguma, esquivar-se das regras preliminarmente estabelecidas.

Tal princípio não é mera conveniência ou simples prerrogativa legal que pode ser facilmente descartada. Jaz aqui a fundamentação exordial de todo e qualquer certame. Jamais poderia se falar no desrespeito a tal princípio, este está atrelado a, praticamente, todos os demais princípios arrolados pela legislação, doutrina e aceitos pela jurisprudência, a Isonomia e o Julgamento Objetivo são exemplos de princípios adstritos diretamente àquele.

Nesta matéria, destaca-se o entendimento do mais preclaro de todos os autores desta matéria, o saudoso Prof. Dr. Hely Lopes Meirelles (Licitação e contrato administrativo, 10 ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 29), que assim nos ensina sobre a vinculação ao edital:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, as propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.” “Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato se afastasse do estabelecido, e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação.”

Interessante, também, é reproduzir o que diz o respeitadíssimo Prof. Dr. Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de direito administrativo, 5 ed., São Paulo: Malheiros, 1994, pp. 271 e 272:

“13. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como aliás, está consignado no art. 41 da lei 8.666.” “14. O princípio do julgamento objetivo, almeja como é evidente, impedir que a licitação seja decidida sob o influxo do subjetivismo, de sentimentos, impressões ou PROPÓSITOS PESSOAIS dos membros da comissão julgadora.”

Portanto, o interesse público só está protegido quando cumpridas as regras previamente estabelecidas, sendo unicamente permitido (poder/dever) À comissão de licitação habilitar licitante detentora de documentação em acordo com o edital.

No que se refere à legalidade da exigência edilícia, em recente julgado de mandado de segurança impetrado contra os termos deste edital de credenciamento, em discussão, a Sétima Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal assim se manifestou:

“... Na situação, o impetrante se volta contra o tópico 4.1.10 do Edital de Credenciamento nº 01/2018, em que o Ministério Público do Distrito Federal exige, para o credenciamento de leiloeiro, que o candidato apresente certidões negativas das varas cíveis e criminais emitidas pela Justiça Federal e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (ID 26435498 – Pág. 03).

O leiloeiro é um agente delegado, isto é, um particular que recebe a incumbência de exercer atividade em nome próprio, mas sob a fiscalização de quem delegou a tarefa, de modo que, embora não sejam servidores públicos, submetem-se a um regime preponderantemente público, com a necessidade de manutenção da moralidade administrativa (ar. 37, caput, da CRFB/1988).

A profissão de leiloeiro é regulamentada por meio do Decreto nº 21.981/1932, que, em seu art. 2º, “d”, aduz que o leiloeiro deve “ter idoneidade, comprovada com apresentação de caderneta de identidade e de certidões negativas dos distribuidores, no Distrito Federal, da Justiça Federal e das Varas Criminais da Justiça local, ou de folhas corridas, passadas pelos cartórios dessas mesmas Justiças, e, nos Estados e no Território do Acre, pelos Cartórios da Justiça Federal e Local do distrito em que o candidato tiver seu domicílio”.

Por essas razões, a previsão edilícia está em conformidade com as diretrizes legais e não há que se falar em ilicitude do ato administrativo.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.”

Sendo assim, a decisão de habilitação do licitante Leiloeiro **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS** deve ser **REFORMADA**, posto que o referido licitante não atendeu aos requisitos objetivos de habilitação previstos no edital.

III. DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer que esse ilustre Pregoeiro se digne: a) julgar procedente o presente recurso, para o fim de **INABILITAR** no vertente certame o licitante **EDEYLSO PEIXOTO FIDELIS**, pelo desatendimento aos itens **5.9.3, 5.10.8 e 5.11.2** do edital de credenciamento de nº 01/2020, Processo Administrativo nº 08129.010733/2019-36, conforme as razões acima aduzidas.

Caso resolva não acatar o pedido acima formulado, o que não espera o recorrente, requer se digne encaminhar as presentes razões de recurso à autoridade superior competente.

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa, 21 de fevereiro de 2020.

CLEBER DA SILVA MELO